

## Comentário IX

**Norberto Luiz Guarinello**

Departamento de História, Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo

### Teatro ou laboratório?

Debater de modo franco, aberto e público as próprias idéias não é, infelizmente, uma prática corrente em nosso arcaico meio científico, eivado de falsas vaidades que escondem, via de regra, a debilidade das idéias produzidas, a covardia e a insegurança de pesquisadores acostumados à proteção corporativa de seus pares, às ações entre amigos, ao que os franceses denominam, sem meias palavras, *copinage*. Uma prática como a do comentário de textos, tão comum alhures, é por isso, entre nós, particularmente meritória, um ato de coragem, não por si, mas pela escassez e pelo ineditismo.

Daí o risco de a crítica ser mal compreendida, num ambiente acostumado ao louvor automático, mesmo, e sobretudo, do que não tem valor. Não creio, no entanto, correr qualquer perigo. Primeiro, porque este comentário não visa "criticar" as idéias expostas pelo artigo, mas sim lê-las em sua coerência interna, em seus pressupostos e intenções, para fornecer, ao leitor, um guia de leitura, propor-lhe um modo de ler. E isto é, precisamente, há muito tempo, comentar.

Segundo, porque as qualidades do texto do Prof. Ulpiano Bezerra de Meneses, objeto deste comentário, são evidentes e não necessitam de defesa ou demonstração. Trata-se de um trabalho extremamente rico em informações e sugestões, que abre um vasto leque de reflexões sobre o papel dos museus históricos na sociedade contemporânea, instituições que, como tudo mais em nosso tempo, sofrem de uma crise de identidade. O texto, em verdade, nos fornece muito mais

do que promete o título: explora os meandros da cultura material, das relações entre ciência e ideologia, entre produção de conhecimento e indústria cultural – um passeio por diferentes questões e experiências concretas. Para além dessa riqueza e variedade, no entanto, o texto possui uma forte coesão interna, uma coerência de idéias que confluem para um determinado perfil do que deva ser um *museu histórico*. E o perfil traçado é, sem dúvida, bastante interessante e atraente: um museu histórico gerido por historiadores de profissão, cuja exposição não é um mero suceder de vitrines e objetos, mas produz conhecimento crítico. Uma visão que, como creio, influirá positivamente em nossas práticas museológicas.

É precisamente esta coerência, este caráter sedutor das idéias propostas, seu possível efeito concreto em nossos museus que me levam a indagar, desde já, sobre seus pressupostos, sobre o significado último desse perfil de museu. Não, obviamente, para negá-lo, mas para explorar, em profundidade, suas implicações. O que representa, afinal, este perfil? A chave para esta questão, bem como para todo o texto, encontra-se, a meu ver, na própria definição do que seja um *museu histórico*.

Este não se define, ao longo do texto, senão de um modo complexo, paratático, quase impressionístico. Não há, na verdade, uma delimitação clara e abrangente do termo, mas apenas apreensões parciais, que se multiplicam, se combinam e às quais se contrapõe, em bloco e através de um jogo de espelhos, um “projeto de museu” ou, antes, um “projeto de exposição para um museu histórico”, voltado para a produção de conhecimento, enquanto laboratório de história. Um projeto que não nasce, no entanto, absolutamente, por meio de um corte abrupto, como ideologia. Entre o museu histórico proposto e aqueles existentes não há possibilidade de comunicação. O museu histórico tradicional não pode ser adaptado ou transformado, ele deve ser substituído por um novo museu, vinculado à disciplina histórica acadêmica e capitaneado por historiadores de profissão. Esta é, sem dúvida, uma das chaves do texto: o novo museu não funda a novidade em sua própria história, mas rompe com o passado, renega-o como ideologia e falsificação. Esta cisão, que articula o texto e é responsável pelo que a proposta tem de interessante, ocasiona, igualmente, certos problemas práticos e conceituais, que não são explicitados. É lícito, por exemplo, perguntarmo-nos se as linhas do corte efetuado são, realmente, tão nítidas como pretende o autor.

O objetivo último da exposição proposta para seu *museu histórico* é, diz-nos o autor, a “produção de conhecimento”. Esta é, no fundo, a grande diferença com os demais museus e é ela que devemos começar a questionar. Pode a exposição ser a fonte geradora de conhecimento de um museu, o foco e centro de sua produção? Ou não será antes o ponto de chegada de um conhecimento já produzido alhures, pelos pesquisadores do museu? Uma exposição museológica pode mais, sem dúvida, do que simplesmente expor objetos: pode mostrar como se constroem passados através deles, explicar como são construídos. Mas o laboratório, o centro de construção, está alhures, nas pesquisas efetuadas pelo museu. É possível pensar na produção de conhecimento sem atividade de pesquisa? Se não for, então, começar a definição de um museu histórico como laboratório de história, pela exposição e não pela pesquisa, é uma escolha infeliz.

Admitamos, no entanto, incidentalmente, que este museu-laboratório faça pesquisa, como deve fazer. Por que é histórico? Não porque lide com “objetos

históricos”, categoria fetichizada, ideológica e exaustivamente rechaçada. E sim, porque constrói história a partir de objetos do passado. Mas o que, neste caso, diferencia-o de um museu arqueológico? Por que é *histórico*? Nem o uso de textos escritos, ou de ideológicos “objetos históricos”, nem qualquer recorte temporal, nada no texto nos indica o que daria ao museu histórico sua identidade, a razão de ser de sua especificidade. Será apenas um museu arqueológico do tempo recente? Mas quão recente? Cem, duzentos, mil anos?

Há, na verdade, uma breve referência no texto do Prof. Ulpiano, pronto esquecida e abandonada, sobre as origens do museu histórico, que nos dá a chave dessa especificidade que pressentimos, sem saber definir: os museus históricos surgiram como museus nacionais, voltados para a produção e difusão de uma memória pátria. É por sua vinculação às identidades nacionais, surgidas a partir do século passado, que os museus históricos tornaram-se “teatros da memória” específicos, definindo sua relação com a população, exercendo uma função eminentemente didática. Como instrumentos de difusão de uma memória nacional, os museus históricos têm sido um palco de conflitos e diferentes interpretações da história têm se sucedido nesse cenário desde, ao menos, Christian Thomsen. A ligação entre museu histórico, estado, memória e identidade nacionais, no entanto, não é mais explorada no texto. Por que? O que encobre esse silêncio?

A omissão em tratar dos vínculos entre museu histórico e identidade nacional, longe de ser um descuido ou distração, exerce uma tarefa de ocultamento, que é essencial ao texto. É ela que permite o projeto de uma exposição de museu histórico científica, positiva, pura, incólume às pressões sociais, sejam provenientes da elite, da indústria de massas, do interesse público, dos demagogos ou populistas. O museu histórico não deve produzir memória, diz-nos o autor, não porque *memória* seja um *processo* e não um *produto* (o que faz pouco sentido), mas sim porque a memória, o jogo das identidades no tempo, é ideologia. O museu histórico deve, assim, recusar seu espaço na produção social de memória, deve desvincular-se da memória nacional para tratá-la como objeto de estudo, para dissecá-la de modo científico. Voltamos, assim, à oposição entre ciência e ideologia. O museu é científico porque e enquanto não produz memória.

Não é o caso, aqui, de indagarmos se, em geral, há uma cesura tão nítida, como propõe o autor, entre ciência e ideologia. Centremo-nos, antes, no perfil do museu científico, tal como é proposto. Sua exposição não propõe soluções prontas, mas problemas cientificamente formulados. É um salto de qualidade, sem dúvida, mas nos livrará do estigma da ideologia? Como se definem os problemas relevantes? Temas como cotidiano e sociedade, ou trabalho, para mencionar experiências concretas relatadas pelo autor, traduzem uma certa visão do mundo e da sociedade, uma determinada maneira de conceber o tempo e a história, do mesmo modo como o faziam os museus tradicionais, centrados no fato, no indivíduo, no “objeto histórico”. Além disso, desvincular a memória produzida a partir de objetos da produção de uma memória nacional, longe de atenuar o conteúdo ideológico dessa memória, dá-lhe apenas outro feitiço, internacionalizando a nação, dissolvendo-a na história universal. Recusar-se a afirmar uma identidade corresponde, necessariamente, a negá-la. É impossível deixar de optar e, nesse sentido, de ser ideológico, mesmo fazendo ciência.

Quem define, por fim, quais são os problemas importantes para serem

tratados numa exposição? Não é o público, esse grande ausente do texto, indefinível, inapreensível, dominado pela indústria cultural, manipulado pelas elites, pelos demagogos, pelos paternalistas. Mas o historiador profissional, que, soberanamente, soberbamente, define as relevâncias, os interesses, os fins do conhecimento produzido. Autônomo, isolado em sua torre, livre de contaminações, o historiador produz um saber puro, crítico, para quem quiser ouvir, para o visitante eventual do museu. A passividade do visitante, a impotência da sociedade em contribuir para a formulação dos problemas a serem tratados pelo museu, a indefinição de um público, ou públicos-alvo, o quase desconforto com o sucesso, contradizem a proposta de se produzir um saber crítico e a inviabilizam. O público é a alma do museu, histórico ou não. E se um museu histórico deve ser, como propõe o autor, a interface entre o saber acadêmico e a população, não pode voltar-lhe as costas. Tem, por necessidade, que se definir a partir de seu público, que conquistá-lo, que explorar problemas que sejam seus problemas, voltar-se a eles, propor-lhes questões, sugerir respostas. Não pode ser, simplesmente, um laboratório de história; não pode deixar de ser um "teatro da memória", um palco onde a sociedade repensa, propõe e questiona sua identidade no tempo.